

CNPJ nº 11.395.617/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. São Paulo, 18 de abril de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)					Fornecedores			5.201.162	3.858.783
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	4		2.624.274	2.683.068	Financiamentos (Nota 16)			1.206.444	1.890.494
Ativos financeiros mantidos para negociação (Nota 8)					Debêntures (Nota 17)			517.741	316.729
Contas a receber de clientes (Nota 10)			236.319	173.616	Operações com derivativos (Nota 9)			50.124	79.667
Estoques (Nota 12)			1.894.648	1.666.467	Salários e encargos sociais			360.368	267.688
Tributos a recuperar (Nota 11)	60		3.015.657	1.721.755	Tributos a recolher (Nota 18)	1		390.062	1.175.672
Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 13)			698.939	506.298	Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 22 (d))	134.426		335.670	2.894
Despesas pagas antecipadamente	218.737				Adiantamentos de clientes			50.344	67.388
Demais contas a receber			41.620	22.295	Demais contas a pagar			265.925	55.761
			268.905	113.272		134.427		8.377.840	7.715.076
	218.801		8.780.362	7.148.655	Não circulante				
Não circulante					Fornecedores				23.229
Realizável a longo prazo					Financiamentos (Nota 16)			11.004.301	7.434.939
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Nota 8)			28.706	15.811	Debêntures (Nota 17)				500.000
Contas a receber de clientes (Nota 10)			62.303	58.783	Operações com derivativos (Nota 9)			34.433	31.577
Tributos a recuperar (Nota 11)			1.444.401	1.259.801	Tributos a recolher (Nota 18)			1.583.569	1.277.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)			1.136.685	1.080.804	Partes relacionadas (Nota 28)			30.724	
Depósitos judiciais			250.195	217.769	Incentivo de longo prazo (Nota 28)			14.442	7.709
Partes relacionadas (Nota 28)	662		53.742	100.725	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)			2.200.538	1.098.607
Demais contas a receber			107.432	78.590	Demais contas a pagar			738.386	304.826
	662		3.083.464	2.812.283				15.606.393	10.678.037
Investimentos em controladas (Nota 13)	5.491.010	1.139.656			Patrimônio líquido (Nota 22)				
Investimentos em coligadas			160.790	136.677	Capital social	2.431.758	1.065.086	2.431.758	1.065.086
Outros investimentos			7.485	8.605	Reserva de capital	2.673.482		2.673.482	
Imobilizado (Nota 14)			19.366.272	10.947.678	Reservas de lucros	431.577		431.577	
Intangível (Nota 15)			3.079.182	2.317.859	Outros resultados abrangentes	39.229	87.062	39.229	87.062
					Prejuízos acumulados		(12.492)		(12.492)
	5.491.672	1.139.656	25.697.193	16.223.102		5.576.046	1.139.656	5.576.046	1.139.656
	5.710.473	1.139.656	34.477.555	23.371.757	Participação dos acionistas não controladores			4.917.276	3.838.988
						5.576.046	1.139.656	10.493.322	4.978.644
Total do ativo					Total do passivo e patrimônio líquido	5.710.473	1.139.656	34.477.555	23.371.757

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 26 de novembro a 31 de dezembro de 2009	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 26 de novembro a 31 de dezembro de 2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	997.524	(24.467)	1.888.504	(406.365)
Ajuste para reconciliação do lucro líquido				
Depreciação, amortização e exaustão			1.606.354	74.752
Resultado de participações societárias	(996.458)	24.467	(20.302)	10.600
Perdas (ganhos) de participação em investimentos e outros			(4.133)	
Resultado de combinação de negócios			(975.283)	
Provisão para perdas e baixas - ativo permanente			51.342	62.012
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(33)		413.194	
Outros				384.447
	1.033		2.959.676	125.449
Variação do capital circulante operacional				
Títulos e valores mobiliários			79.764	(37.884)
Contas a receber de clientes			184.442	105.300
Estoques			(382.285)	59.978
Tributos a recuperar	(60)		622.107	888.745
Despesas antecipadas			(5.062)	3.324
Demais contas a receber	(629)		1.068	68.515
Fornecedores			683.639	847.874
Tributos a recolher	(340)		(602.218)	(1.160.184)
Incentivos de longo prazo			6.733	
Adiantamentos de clientes			(38.424)	(10.578)
Demais contas a pagar			199.029	119.576
Caixa gerado pelas operações	4		3.708.469	1.010.115
Juros pagos			(929.481)	
Imposto de renda e contribuição social pagos			(58.617)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4		2.720.371	1.010.115
Recursos recebidos na venda de ativo imobilizado			1.781	
Adições ao investimento em controladas e coligadas			(939.427)	
Adições ao imobilizado			(1.689.006)	
Adições ao intangível			(17.042)	
Ativos financeiros mantidos até o vencimento e disponível para venda			256.113	
Aplicação de caixa em investimentos			(2.387.581)	
Divida de curto prazo				
Captações			866.097	
Pagamentos			(10.013.753)	(275.298)
Divida de longo prazo				
Captações			4.994.464	
Dividendos pagos a acionistas			(107)	(810)
Recompra de ações			(3)	
Aumento de capital			3.764.971	
Aplicação de caixa em financiamentos			(388.331)	(276.108)
Variação cambial do caixa de controladas no exterior			(3.253)	
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes	4		(58.794)	734.007
Representado por				
Caixa e equivalentes no início do exercício/período			2.683.068	1.949.061
Caixa e equivalentes no final do exercício/período	4		2.624.274	2.683.068
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	4		(58.794)	734.007

- Aquisição de 15% do capital da Riopol com assunção de dívida junto ao BNDESPAR;

ndente a 9,02% do capital da Riopol, mediante entrega de ações da Braskem;
etroquímica, mediante entrega de ações da Braskem; e

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado										
Atribuído aos acionistas da controladora										
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Transações de capital com os sócios:										
Constituição do capital social em 26 de novembro de 2009	1							1		1
Ajuste no saldo de abertura (Nota 31)						87.062	11.975	99.037		99.037
Resultado abrangente do exercício:										
Prejuízo do período							(24.467)	(24.467)		(24.467)
Total do resultado abrangente do período							(24.467)	(24.467)		(24.467)
Transações de capital com os sócios:										
Aumento de capital (Nota 22)	1.065.085							1.065.085		1.065.085
Em 31 de dezembro de 2009	1.065.086					87.062	(12.492)	1.139.656		1.139.656
Resultado abrangente do exercício:										
Lucro líquido do exercício							997.183	997.183	893.027	1.890.210
Variação no percentual de participação de investida (Nota 13)							(419.464)	(419.464)		(419.464)
Ajuste valor patrimonial de investida (Nota 13)						(47.833)	(47.833)	(47.833)		(47.833)
Total do resultado abrangente do exercício						(47.833)	577.719	529.886	893.027	1.422.913
Contribuições e distribuições aos acionistas:										
Aumento de capital (Nota 22 (a))	1.366.672							1.366.672		1.366.672
Constituição de reservas (Nota 22 (b))		2.673.482	28.300	186.920			(215.220)	2.673.482		2.673.482
Dividendos prescritos/outras							776	776		776
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 22 (d))							(134.426)	(134.426)		(134.426)
Dividendos adicionais propostos (Nota 22 (dl))					216.357		(216.357)			
Participação dos acionistas não controladores em controladas									4.024.249	4.024.249
Em 31 de dezembro de 2010	2.431.758	2.673.482	28.300	186.920	216.357	39.229		5.576.046	4.917.276	10.493.322

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRK Investimentos Petroquímicos S.A. ("BRK" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Odebrecht Serviços e Participações S.A. ("OSP"), controlada pela Odebrecht S.A. O seu principal ativo é a participação direta na controlada Braskem S.A. ("Braskem").

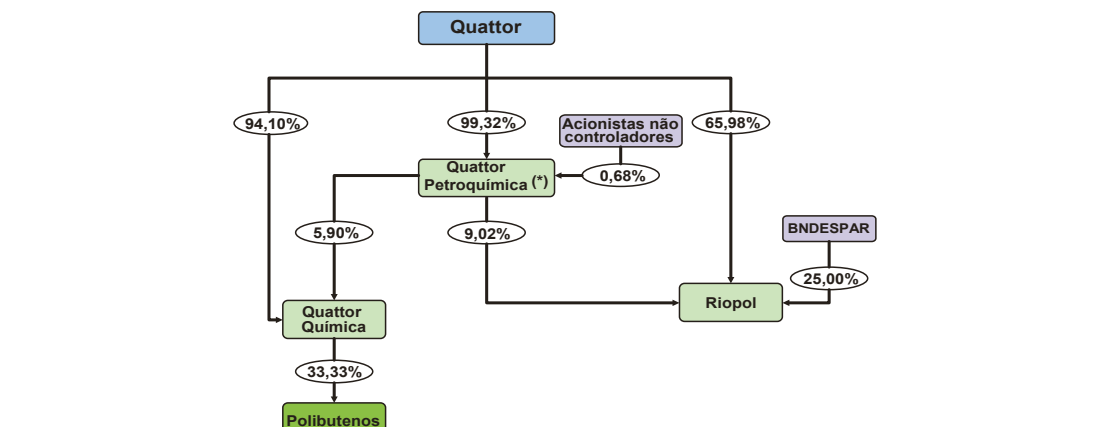
A Braskem é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede em Camaçari - BA. As empresas que compõem a Braskem têm como objetivo social a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis e a produção e fornecimento de insumos utilizáveis, principalmente, no Polo Petroquímico de Camaçari e de Triunfo, nos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul.

A Companhia foi constituída em 26 de novembro de 2009 com a denominação B.B.Y.S.P. Empreendimentos e Participações S.A. e teve a sua razão social alterada em 31 de dezembro de 2009 para Braskem Investimentos Petroquímicos S.A.

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia foi aumentado, por sua controladora OSP, em R\$ 1.065.086 mediante versão de ações da Braskem, a valor contábil na data-base de 30 de novembro de 2009. Com isto, a controlada Braskem passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1 de dezembro de 2009.

2. Equalização da estrutura societária

- A Companhia e suas controladas vêm passando por processo de reorganização societária, cujos principais eventos ocorridos ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumarizados, por segmento de negócios:
- Em 22 de janeiro de 2010, foi anunciada a conclusão das negociações que vieram a resultar na aquisição, pela Braskem, da Quattor Participações S.A. ("Quattor"), por meio de um Acordo de Investimento celebrado, naquela data, entre a ODB, Petróleo Brasileiro S.A. - **Petrobras** ("Petrobras"), Braskem e Unipar e União de Indústrias e Comércio S.A. ("União"). O acordo permitiu à Petrobras consolidar seus principais ativos petroquímicos na Braskem, com o que isso terá ampliada sua capacidade de competir globalmente.
- Ainda como decorrência do Acordo de Investimento, a Braskem tem o direito de preferência para participar como sócia dos projetos do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ e do Complexo Petroquímico de Suape, no Estado de Pernambuco.
- O Acordo de Investimento foi remetido à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda não possuiu objeção à recomendação que se recomendou para a aquisição sob restrições pelo CADE. A Secretaria do Direito Econômico (SDE) emitiu parecer acompanhando a recomendação da Seae de aprovação da operação sem restrições. Tais recomendações foram acolhidas pela Procuradoria da ODB, em parecer emitido em 11 de fevereiro e, no dia 23 de fevereiro de 2011, essa operação foi aprovada por unanimidade por este órgão.
- Até 30 de setembro de 2010, todos os seguintes passos do referido Acordo de Investimentos haviam sido implementados:
- (a) Em novembro de 2009, foi criada a BRK, onde foi concentrada a totalidade das ações ordinárias de emissão da Braskem então pertencentes à ODB e da Petrobras;
- (b) Em abril de 2010, a OSP e a Petrobras concluíram o aumento do capital da BRK em R\$ 3.500.000, via integralização de novas ações em dinheiro (Nota 22 (a)).
- (c) Em 14 de abril de 2010, o Conselho de Administração homologou o aumento do capital da Braskem, que foi realizado sob a forma de subscrição privada e que resultou na integralização de 243.206.530 ações ordinárias e 16.697.781 ações preferenciais classe "A", ao valor unitário de R\$ 14,40, perfazendo um total de R\$ 3.742.622. Desse montante, R\$ 2.378.742 foram destinados à conta do Capital Social e R\$ 1.363.880 à conta de reserva de capital. Parte do aumento de capital mencionado acima, no montante de R\$ 3.500.000, foi integralizado pela BRK, o que gerou para esta, com base nas práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007, um agio no montante de R\$ 564.699. Pelas práticas contábeis atualmente vigentes no Brasil, este valor foi considerado como uma reserva de capital.
- (d) Em 27 de abril de 2010, a Braskem divulgou, através de Fato Relevante, a aquisição, junto à Unipar, de ações representativas de 60% do capital votante e total da Quattor, mediante o pagamento à vista de R\$ 659.454. Em 30 de abril de 2010, a Quattor detinha as seguintes participações:



(e) Em 10 de maio de 2010, a Braskem comunicou ao mercado a aquisição, junto à Unipar, da totalidade das ações da Unipar Comercial e Distribuidora ("Unipar Comercial") e de ações representativas de 33,33% do capital total da Polibutenos S.A. Indústrias Químicas ("Polibutenos"), mediante pagamento à vista de R\$ 27.104 e R\$ 22.362, respectivamente.

Em 31 de maio de 2010, a Braskem adquiriu junto à Chevron Oronite do Brasil ("Chevron"), ações representativas de 33,33% do capital total da Polibutenos pelo valor de R\$ 22.482. Com as aquisições junto à Unipar e Chevron, a Braskem passou a deter, de forma direta e indireta, 100% do capital da Polibutenos. De acordo com as práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras (Nota 3), as aquisições da Quattor e Unipar Comercial representam "combinações de negócios" nos termos definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15, cujos efeitos estão apresentados na Nota 30.

(f) Em 18 de junho de 2010, a AGE da Braskem aprovou a incorporação de ações da Quattor que eram detidas pela Petrobras e que representavam 40% do capital total e votante daquela controlada. O acervo líquido incorporado foi avaliado a valor contábil, em 31 de março de 2010 e montava a R\$ 199.356. Desse valor, R\$ 164.744 foram destinados à conta do capital social e R\$ 34.612 para conta de reserva de capital. Nesta operação, foram emitidas 18.000.087 ações ordinárias, considerando a relação de troca de 1,01885863182 ação da Braskem para cada ação da Quattor, conforme aprovado em laudos de avaliação econômica das empresas elaborados por preço independente. Com esta incorporação de ações, a Braskem passou a deter 100% do capital votante e total da Quattor. Essa operação em conjunto com a descrita no item (d) acima, representa uma "combinação de negócios", nos termos definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15, cujos efeitos estão apresentados na (Nota 30).

- (g) Em 24 de junho de 2010, a AGE da Quattor aprovou o aumento do capital social, no montante de R\$ 4.014.128, sem emissão de novas ações. O aumento de capital foi realizado com adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos pela Braskem. Adicionalmente, em 29 de junho de 2010, a AGE da Quattor aprovou a redução do seu capital social em R\$ 2.578.372, sem cancelamento de ações e com a restituição à Braskem, sua única acionista, da totalidade das indenizações do Rio Poteros S.A. ("RioPetro") e Quattor Reclamada.
- (h) Em 7 de janeiro de 2008, o BNDES Participações S.A. - BNDESPar ("BNDESPar") adquiriu ações da Riopel, equivalentes a 25% do seu capital total, tendo em garantia a opção de venda das mesmas para a Unipar e Petrobras, em quantidades equivalente a 60% e 40% do total adquirido, respectivamente. Essa opção era exercível até junho de 2013.
- Em 9 de agosto de 2010, o BNDESPar exerceu a opção de venda das ações e a Braskem adquiriu 190.784.674 ações ordinárias e 30 ações preferenciais da Riopel, pelo valor de R\$ 209.951. Com essa aquisição, que corresponde a 15% do capital total da Riopel, a Braskem passou a deter, de forma direta e

O valor dessa compra será pago em 3 parcelas, com correção pela TJLP, da seguinte forma:

- a. Primeira parcela, com vencimento em 11/06/2015, no valor correspondente a 15% do total;
b. Segunda parcela, com vencimento em 11/06/2016, no valor correspondente a 35% do total;
c. Terceira parcela, com vencimento em 11/06/2017, no valor correspondente a 50% do total.
- (f) Ainda por conta da opção de venda exercida pelo BNDESPAR, a Petróbras adquiriu ações do capital da Riopol e que representam 10% do seu capital total. Em 30 de agosto de 2010, a AGE da Braskem aprovou a incorporação das ações da Riopol, convertendo-o em subsidiária integral da Braskem. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de março de 2010, data-base da operação, e totalizava R\$ 103.087. Desse valor, R\$ 23.285 foram destinados à conta do capital social e R\$ 80.802 para a conta de reserva de capital. Nesta operação foram emitidas 2.434.890 ações preferenciais classe "A-4", considerando a relação de troca de 0,010664 para 1,3789 ação da Braskem para cada ação da Riopol, conforme apontado em laudos de avaliação econômica das empresas elaborados por perito independente.
- (g) Em 1 de setembro de 2010, a AGE da Quattor aprovou a incorporação das empresas abaixo mencionadas. Os acervos líquidos das empresas incorporadas foram avaliados ao valor contábil, em 30 de junho de 2010 (data-base da operação).

a. Quattor Química S.A. ("Quattor Química")

de troca de ações da Quattor Química por ações da Quattor foi estabelecida com base nos patrimônios líquidos contábeis em 30 de junho de 2010, data-base da operação, o que gerou um aumento de capital de R\$ 58.231, com a emissão de 7.538.949 ações ordinárias que foram entregues à Quattor Petroquímica.

Na data da incorporação, o capital da Polibutenos estava distribuído entre Quattor, com 33,33% e Braskem, com 66,67%. A relação de troca de ações da

Polibutenos por ações da Quattor foi estabelecida com base nos patrimônios líquidos contábeis em 30 de junho de 2010, data-base da operação, o que gerou um aumento de capital de R\$ 13.032, com a emissão de 1.687.179 ações ordinárias que foram entregues à Braskem.

c. Mauá Resinas S.A. ("Mauá Resinas") e Norfolk Distribuidora Ltda. ("Norfolk")
Na data da incorporação, a Mauá Resinas e a Norfolk eram subsidiárias integrais da Quattor, razão porque não houve aumento de capital e emissão de ações na incorporação.

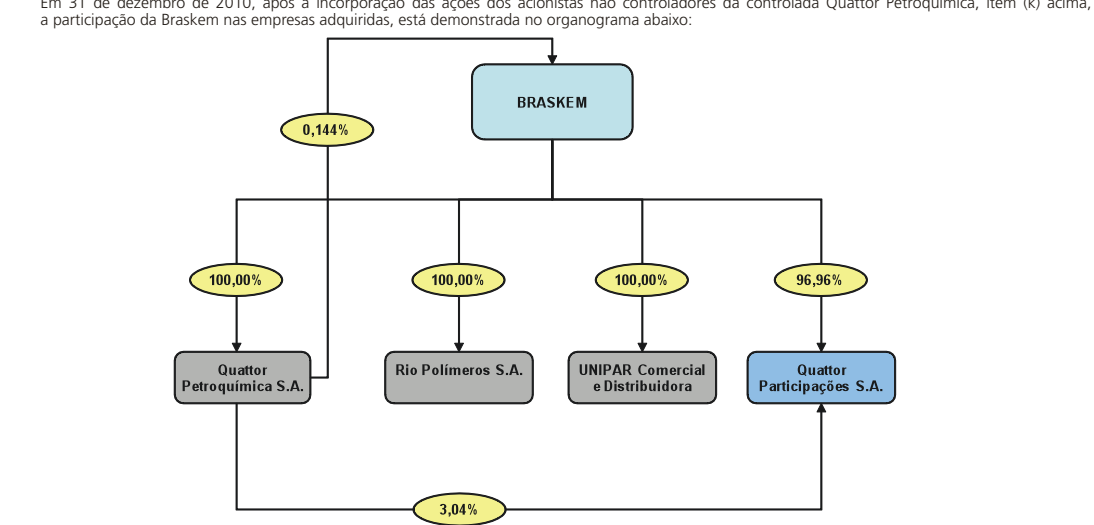
(k) Em 26 de maio de 2010, a Braskem encaminhou à CVM, o pedido de registro de oferta pública ("OPA") para aquisição de 7.688 ações ordinárias e 154.006 ações preferenciais da Quattor Petroquímica S.A. ("Quattor Petroquímica") detidas pelos seus acionistas não controladores em razão da mudança de controle daquela controlada. As ações objeto da OPA correspondiam a 0,68% do capital total da Quattor Petroquímica. Em 28 de outubro de 2010, a Quattor Petroquímica foi adquirida pela Braskem.

A OPA foi encerrada e liquidada no dia 16 de dezembro de 2010. O total de ações adquiridas na OPA foi de 224.968, permanecendo 1.324.726 ações preferenciais pertencentes aos acionistas não controladores. Essa quantidade remanescente de ações, avaliadas ao valor contábil de 31 de março de 2010, resultou em aumento de capital na Braskem no valor de R\$ 4.270,30, subscrito e integralizado pelos acionistas da Quattor Petrolífrica.

Nesta operação foram emitidas 398.175 ações preferenciais classe "A" considerando a relação de troca de 0,300571316385725 ação da Braskem para cada ação da Quattor Petrolífrica, conforme apurado em laudos de avaliação econômica das empresas elaborados por perito independente.

A avaliação foi feita pela Braskem e da controlada Quattor Petrolífrica em 27 de dezembro de 2010, de acordo com a divulgação em fato relevante de 7 de dezembro de 2010.

A CVM, através de ofício datado de 3 de fevereiro de 2011, aprovou o cancelamento de registro para negociações em bolsa da controlada Quattor Petrolífrica, solicitada pela Companhia em 28 de janeiro de 2011.



continua—★

BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e suas controladas

CNPJ nº 11.395.617/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	

- (i)

Em 1 de fevereiro de 2010, a Braskem comunicou ao mercado que sua controlada Braskem América, Inc. ("Braskem America") celebrou, naquela data, contrato de compra e venda de ações com a Sunoco Inc, empresa petrolífera norte-americana, por meio do qual foi adquirida a totalidade das ações representativas do capital votante e total da Sunoco Chemicals, Inc. ("Sunoco Chemicals"), pelo valor de US\$ 350 milhões, correspondentes a aproximadamente R\$ 620.000. A Sunoco Chemicals possui capacidade instalada anual de 950 mil toneladas de polipropileno, distribuídas em 3 plantas localizadas nos estados da Pensilvânia, Virgínia Ocidental e Texas. A operação foi concluída em 1 de abril de 2010, com o pagamento integral das ações adquiridas. Naquela mesma data, a empresa adquirida teve sua razão social alterada para Braskem PP Americas, Inc. ("PP Americas"). De acordo com as práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras (Nota 3), essa aquisição representa uma "combinação de negócios", conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 15, e os efeitos estão apresentados na (Nota 30).
- (m)

Em novembro de 2009, a Braskem e o Grupo IDESA Sociedad Anónima de Capital Variable ("IDESA"), tradicional empresa petroquímica do México, anunciaram que foram vencedores de um processo licitatório no México para implementação de um projeto petroquímico a partir do ponto da região de Veracruz, por meio de contrato de fornecimento, pela PEMEX-Gás, de 66.000 barris/dia deste insumo por 20 anos. Como resultado da licitação, a Braskem e a IDESA firmaram um Memorando de Entendimentos e concretizaram, em 23 de fevereiro de 2010, um contrato definitivo que se compõe de:

(i)

compromisso de investimento por parte da Braskem-IDESA na construção de um cracker de etano para produzir 1 milhão de toneladas por ano de eteno; e

(ii)

construção de 3 plantas de polietileno para a produção de, aproximadamente, um milhão de toneladas por ano. O projeto foi denominado Etileno XXI e o investimento previsto é de US\$ 2,5 bilhões, com prazo esperado de conclusão das obras e partida das unidades para janeiro de 2015.

A razão social dessa nova sociedade é Braskem Idesa, Sociedad Anónima Promotora de Inversión ("Braskem Idesa"). O capital social subscrito e integralizado dessa controlada, em 25 de maio de 2010, era de Mex\$ 76.592 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 11.303), composto por 6.300 ações, das quais 65% pertencem à Braskem e 35% pertencem à Etileno XXI, Sociedad Anónima de Capital Variable. Adicionalmente, em 30 de setembro de 2010, as acionistas fizeram uma nova capitalização na Braskem Idesa, no montante de Mex\$ 433.788 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 58.345), com a emissão de 35.680 ações, passando o capital social subscrito e integralizado para Mex\$ 510.380 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 69.648), composto por 41.980 ações.
- (n)

Em 17 de dezembro de 2010, a AGE da Braskem aprovou a incorporação da Companhia Alagás Industrial - Cinal ("Cinal") pela Braskem, tendo como base seu patrimônio líquido contábil de 30 de setembro de 2010, no valor de R\$ 27.834, nos termos e condições estabelecidos no protocolo e justificação, datado de 29 de novembro de 2010, sem qualquer alteração no montante do valor do capital social da Braskem, em razão da Braskem ser a única acionista da Cinal.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

- 3.1

Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 18 de abril de 2011. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.
- (a)

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e os CPCs, estão descritas na Nota 31.
- (b)

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs e são publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

3.2 Consolidação

- (a)

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

- (i)

Controladas

Controlada são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente resultante de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto ativamente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. O método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. A diferença positiva entre a contraprestação transferida e o valor justo na data da aquisição dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida é menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.
- (ii)

Transações e participações não controladoras

A Companhia reconhece as participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos aquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

- (iii)

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente resultante de uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer provisão para perda de valor recuperável acumulada. Ver Nota 3.5.4 sobre a referida provisão de ativos não financeiros, incluindo ágio. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.
- (iv)

Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da Companhia, e sua controlada direta:

País	Participação direta no capital social (%)		Participação no capital ordinário (%)	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Brasil	52,51	22,85	93,16	62,32
Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.				

- (b)

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são igualmente feitos nas demonstrações financeiras individuais de forma que se tenha o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.
- 3.3

Conversão de moeda estrangeira

(a)

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b)

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas e operações de *hedge* de investimento líquido qualificadas. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, ágio e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro, líquido". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.
- (c)

Investidas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as investidas da Companhia e suas controladas, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i)

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii)

As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos períodos.

(iii)

Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado. Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. Esta prática é adotada pela Companhia e suas controladas.

3.4

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e em risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.
- 3.5

Ativos financeiros

3.5.1

Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b)

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

(c)

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

3.5.2

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro, líquido" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos. As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

3.5.3

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4

Provisão para perda de valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment*, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma provisão para perda de valor recuperável é reconhecida pelo valor pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo do ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

3.5.5

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado, sendo, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Em caso afirmativo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas designam certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das operações de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. O valor justo dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* está divulgado na Nota 9. As movimentações em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido estão apresentadas na demonstração do resultado abrangente ("DRA"). O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, caso contrário no ativo ou passivo circulante.

(a)

Hedges de fluxo de caixa

As variações no valor justo da parcela efetivá é reconhecida no patrimônio líquido como um componente de "outros resultados abrangentes". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetivá é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como "ganhos (perdas) em operações com derivativos" no grupo "resultado financeiro, líquido". Quando um instrumento de *hedge* deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de operação de *hedge*, ou terminado por quaisquer circunstâncias (expirado, vendido ou exercido), a contabilidade de operação de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Nesses casos o ganho ou perda acumulado reconhecido anteriormente no patrimônio líquido é transferido imediatamente para o resultado do exercício.

(b)

Derivativos não designados como instrumento de *hedge*

As operações de *hedge* de fluxo de caixa detidas pela Companhia e suas controladas estão descritas na Nota 9. Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo circulante. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "ganhos (perdas) em operações com derivativos" no grupo "resultado financeiro, líquido".

3.6

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e de suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD", quando aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda de valor recuperável, se necessária.

3.7

Estoque

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. As importações em adiantam as são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As controladas custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de perda ao valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração das controladas.

3.8

Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas.

3.9

Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

3.10

Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes:

(a)

Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio apurado na aquisição de controladas é registrado como "Ativo intangível". O deságio (compra vantajosa) apurado na aquisição é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* não são revertidas. Os ágios existentes na Companhia e suas controladas foram apurados de acordo com os critérios definidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil antes da adoção dos pronunciamentos do CPC e representam a diferença positiva entre o valor pago e o montante do acervo líquido da entidade adquirida na época. Conforme descrito na Nota 31.2, a Companhia e suas controladas aplicaram a isenção relacionada às combinações de negócios anteriores a 1 de janeiro de 2009 e não remensurou esses valores. Esses ágios não são amortizados desde 1 de janeiro de 2009 e são testados anualmente para verificar prováveis perdas no valor recuperável.

(b)

Marcas e patentes

As marcas e patentes registradas, as tecnologias adquiridas de terceiros e as adquiridas em uma combinação de negócios da Braskem. São registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As marcas e patentes com vida útil definidas são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens (entre 15 a 20 anos) ou pelo prazo do contrato.

(c)

Relações contratuais com clientes e fornecedores

As relações contratuais com clientes e fornecedores adquiridas em uma combinação de negócios Braskem são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. São registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. Essas relações contratuais têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base no prazo do contrato.

(d)

Software

É registrado pelo custo deduzido de amortização acumulada e perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada (entre 3 a 10 anos) ou pelo prazo do contrato. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

3.11

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas, quando aplicável. Os custos subsequentes às aquisições decorrentes de paradas programadas de manutenção e/ou troca de sobressalentes com os correspondentes serviços são agregados ao valor contábil do correspondente ativo. As paradas programadas da Braskem e suas controladas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas e originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro são registrados inicialmente pelo valor justo e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato o que for menor. As taxas médias anuais de depreciação e exaustão dos ativos são calculadas usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil média estimada dos bens, como segue, no consolidado:

(a)

Edifícios e benfeitorias

• Máquinas, equipamentos e instalações

• Minas e poços

• Móveis e utensílios

• Equipamentos de informática

• Equipamentos de laboratórios/segurança

• Outros

4,12%

6,72%

9,01%

20,50%

9,88%

17,26%

3.12

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A Companhia e suas controladas calculam ajuste a valor presente ("AVP") para as compras com prazo superior a 180 dias.

3.13

Financiamentos e debêntures

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As debêntures não conversíveis têm seu reconhecimento de forma similar a dos financiamentos.

3.14

Provisões

Provisões são reconhecidas no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação com base em estimativa confiável de valor. As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor for estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas às perdas operacionais futuras. Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.15

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o IR e CS corrente e diferido. O IR e CS é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

(a)

Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais/base de cálculo negativa de CSLL, diferenças temporárias e ajustes pela opção da Braskem pela adesão ao RTT (Medida Provisória 449/08 e Lei 11.941/09). As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido ("IR e CS") da Sociedade e das controladas no Brasil são de 25% e 3%, respectivamente. A Braskem se utiliza de benefícios fiscais de IR e base negativa de CSLL apurados até 31 de dezembro de 2010, e de R\$ 229.736. Os benefícios fiscais tributários, se utilizando dos benefícios propostos pelos parcelamentos da MP nº 470.

(b)

Recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social constituídos

A Braskem fundamentou a realização dos saldos ativos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação societária brasileira. O ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados limitam-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados em até 10 anos, considerando-se, inclusive, a limitação de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas em até 30% do lucro tributável, além dos benefícios fiscais de isenção e redução do imposto. Considerando as premissas de preços, câmbio, taxas de juros, crescimento de mercado e outras variáveis relevantes que determinaram o seu plano de negócios, a Braskem elaborou, para data-base de 31 de dezembro de 2010, o plano com a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros. Tais estudos revelam que os créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre bases negativas serão realizados nos próximos 5 anos.

(c)

Contribuição social sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2009, a administração da Braskem, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, divulgou a sua decisão de exercer o direito concedido pela Lei 11.941/09 de parcelar a contribuição social sobre o lucro das suas incorporadas Trikem e Polialden nos processos em que discutia a constitucionalidade da Lei 7.689/88. Deve-se ressaltar que a Braskem, com base na opinião de seus assessores externos, entendeu por bem não incluir no parcelamento, os valores que lhe são exigidos a título de multa isolada. Com efeito, o Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Braskem é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão, atualizado pela taxa SELIC até 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.743. Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, a Braskem entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não foram incluídos no plano de parcelamento. O montante devido ao Conselho de Contribuintes vem,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

(a) Investimentos em controladas diretas (Controladora)

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido ajustado		Lucro líquido (prejuízo) ajustado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Período de 1 de dezembro de 2010	dezembro até 31 de dezembro de 2009
Braskem	420.761.481	118.691.670	52,51	22,85	10.439.099	4.978.644	1.895.309	(107.535)

(b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas diretas

	No início do exercício	Adições (i)	Dividendos	Ganho (perda) por variação no % de participação e outros (ii)	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial (iii)	Dividendos prescritos/ outros	No final do exercício
Braskem	1.139.656	4.040.154	(218.737)	(419.464)	996.458	(47.833)	776	5.491.010
Total em 31 de dezembro de 2010	1.139.656	4.040.154	(218.737)	(419.464)	996.458	(47.833)	776	5.491.010
(i) Adição referente a aumento de capital de R\$ 3.500.000 conforme Nota 2 (c) e incorporação da W.B.W.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. no montante de R\$ 539.577 conforme Nota 22 (a).		1.065.086			(24.467)	99.037		1.139.656
(ii) Inclui a perda de participação decorrente do aumento de capital de R\$ 3.500.000 conforme Nota 2 (c) e ajustes referente a adoção das novas práticas contábeis no Brasil.								
(iii) Ajuste referente a realização da indexação adicional ao imobilizado de investida, R\$ 6.428, e ajuste de conversão de moeda estrangeira, R\$ 41.405 (Nota 22 (c)).								

14. Imobilizado

	Consolidado		Taxas anuais de depreciação (%)
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	417.475	417.475	91.451
Projetos em andamento (a)	1.269.547	1.269.547	999.981
Edificações e benfeitorias	1.806.090	(614.967)	1.191.123
Máquinas, equipamentos e instalações			865.251
	22.615.610	(6.859.661)	15.755.949
	1.037.491	(305.313)	732.178
	27.146.213	(7.779.941)	19.366.272

(a) A rubrica Projetos em andamento referem substancialmente à Braskem: investimentos incorridos para expansão da capacidade de unidades industriais, melhorias operacionais para aumento da vida útil econômica das máquinas e equipamentos, projetos de excelência nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde, tecnologia e meio ambiente.

(i) Movimentação do imobilizado - Consolidado:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo no início do exercício	10.947.678	11.094.020
Aquisições	1.689.006	821.042
Aquisição de empresas	6.771.002	27.062
Combinação de negócios (mais valia)	1.500.433	152.895
Baixas, líquidas de depreciação	(43.607)	(40.771)
Transferências	(13.368)	(24.837)
Depreciação	(1.484.872)	(997.235)
Redução do valor recuperável		(84.498)
Saldo no final do exercício	19.366.272	10.947.678

Análise da recuperabilidade de imobilizado (impairment)

Quando da elaboração do Plano de Negócios para o período 2011/2015, a Administração da Companhia avaliou as perspectivas das principais variáveis que afetam os negócios da Braskem, tanto no cenário nacional como no internacional.

De forma geral, o Plano de Negócios foi elaborado considerando que: não se vislumbra nenhuma situação que não permita a continuidade operacional dos ativos da Braskem, tanto em termos de obsolescência do parque industrial e das tecnologias empregadas como em relação à restrições de ordem legal. A Administração da Braskem entende que as plantas irão operar suas capacidades máximas, ou próximas delas, dentro do período projetado. Também não são esperadas mudanças relevantes no negócio da Braskem, a exemplo de excesso significativo de oferta por outros fabricantes que venham impactar negativamente os negócios futuros, com exceção dos ciclos constantes de altas e baixas de preços e rentabilidade que, historicamente, estão associados aos negócios petroquímicos no mundo. Também não são esperadas novas tecnologias ou matérias-primas que poderiam impactar negativamente o desempenho futuro da Braskem. A Companhia projeta continuar operando num ambiente regulatório que visa preservar o meio ambiente, o que está totalmente alinhado com as práticas da Braskem.

15. Intangível - Consolidado

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ágio baseado em rentabilidade futura (a)	3.246.668	(1.182.961)	2.063.707	2.063.707
Marcas e patentes	220.343	(83.132)	137.211	56.611
Contratos com clientes e fornecedores	644.447	(38.865)	605.582	
Softwares, direitos de uso e outros	425.291	(152.609)	272.682	197.541
	<u>4.536.749</u>	<u>(1.457.567)</u>	<u>3.079.182</u>	<u>2.317.859</u>

(a) Esses ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, considerando um prazo máximo de 10 anos. A partir de 2009, eles não são mais amortizados sistematicamente, ficando sujeitas ao teste anual de *impairment* conforme disposto no CPC 01.

(i) Movimentação do intangível:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo no início do exercício	2.317.859	
Adições	17.042	
Combinação de negócios (Nota 30)	393.878	
Baixas, líquidas de depreciação	(1.245)	(4.781)
Transferências	13.368	24.856
Movimentações societárias (*)	434.229	2.341.887
Amortização	(95.949)	(44.103)
Saldo no final do exercício	3.079.182	2.317.859

(*) Inclui saldos de empresas incluídas ou excluídas da consolidação, a partir da aquisição ou alienação ocorridas no decorrer do exercício social.

Teste de recuperabilidade de ágios fundamentados em rentabilidade futura - Braskem

Esses ágios foram amortizados até dezembro de 2008, considerando um prazo máximo de dez anos. A partir de 2009, eles não são mais amortizados sistematicamente, ficando sujeitos ao teste anual de *impairment*, conforme disposto no CPC 01 (R1) e IAS 36.

O teste de *impairment* para as UNs e UGC que têm ágio alocado, conforme a seguir demonstrado, é realizado em dezembro ou em outros meses caso eventos ou circunstâncias indiquem essa necessidade.

Em dezembro de 2010, a Braskem avaliou a recuperabilidade dos ágios através do método de valor em uso existentes e não identificou perda, conforme a seguir demonstrado:

UGC e UNs	Ágios alocados	Fluxo de Caixa (FC)	Valor contábil (inclui ágio)	Percentual - FC/valor contábil
UGC - Unib-RS	1.007.433	6.604.427	1.537.206	330
UN - Poliolefinas	863.921	12.241.079	5.293.953	131
UN - Vinílicos	192.353	2.826.600	2.340.541	21
	2.063.707	21.672.106	9.171.700	136

A UGC Unib-RS pertence à UN Petroquímicos Básicos que é dividida em duas UGCs. A outra UGC, denominada UNIB - Bahia não tem ágio. Por outro lado, a UN Poliolefinas é dividida em duas UGCs: Polietilenos e Polipropileno. Apesar desta divisão, não é possível identificar o ágio existente entre as UGCs, razão porque, o teste de *impairment* é efetuado considerando a UN como um todo. A UN Vinílicos não é dividida em UGCs.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2010 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas dos negócios para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto baseadas no Custo de Capital Médio (WACC) e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade com base na inflação anual do IPCA. A taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 4,6% a.a. e a taxa de desconto (WACC) foi de 10,69% a.a.

Análise de sensibilidade

Dado o impacto potencial nos fluxos de caixa da “taxa de desconto” e da “taxa de crescimento para perpetuidade”, a Companhia efetuou análise de sensibilidade com mudanças nessas variáveis, cujos novos fluxos de caixa estão demonstrados na tabela abaixo:

UGC e UNs	+ 0,5% na taxa de desconto	-0,5% na taxa de desconto
UGC - Unib-RS	6.307.744	6.553.038
UN - Poliolefinas	11.610.637	12.173.872
UN - Vinílicos	2.681.144	2.808.478
	20.599.525	21.535.388

16. Financiamentos - Braskem e suas controladas

	Encargos financeiros anuais		Consolidado	
	Atualização monetária	Juros médios (exceto quando indicado)	2010	2009
Moeda estrangeira				
Eurobonds	Nota 16 (a)	Nota 16 (a)	3.927.712	2.250.037
Adiantamentos de contratos de câmbio	Variação cambial do US\$	6,61%		1.098
Pré-pagamentos de exportações	Nota 16 (b)	Nota 16 (b)	2.287.738	2.669.597
Medium-Term Notes				
FINIMP	Variação cambial do US\$	11,75%	438.031	457.748
Financiamentos de matérias-primas	Variação cambial do US\$	4,02%		16.586
Financiamento para aquisição de investimento	Variação cambial do US\$	6,42%	15.142	16.077
BNDES	Variação cambial do US\$	4,45%	352.480	
	Correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) (i)	6,62%	11.383	14.565
	Variação cambial do US\$	6,37%	296.318	181.293
	Variação cambial do US\$	7,49%	658.942	674.373
	Correção monetária pós-fixada	105,5% do CDI	1.301	
Financiamento para projetos (NEXI)	Variação cambial do YEN	0,95% acima da TIBOR	66.602	101.895
Adiantamento sobre cambiais entregues (ACE's)				361.939
Custos de transação, líquido			(29.195)	(28.041)
Moeda nacional				
Capital de giro	Correção monetária pós-fixada	100,0% a 116% do CDI	867.570	687.638
		12,14%	266.145	18.292
	115% a 130% CDI + IOF			
	TR	Juros fixos 9,93%		79.473
	TJLP	1,34%	9.842	160
		5,46%	1.024	
	TJLP	3,03%	2.419.712	1.363.294
BNDES		7,00%	150.452	
BNDES EXIM		8,50%	213.686	385.428
BNB				
FINEP	Correção monetária pós-fixada (TJLP)	0,01%	61.975	84.246
		4,50%	10.004	
		6,00%	187.419	
				479
		(3.538)	(10.744)	
	Total	12.210.745	9.325.433	496.494
	Passivo circulante	1.206.444	1.890.494	
	Passivo não circulante	11.004.301	7.434.939	
	Total	12.210.745	9.325.433	496.494

(i) UMBNDES = Unidade monetária do BNDES.

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2010	2009
2011		1.131.545
2012	1.238.243	1.262.752
2013	1.814.902	1.209.739
2014	1.691.089	809.365
2015	1.069.774	345.353
2016	671.495	88.702
2017	683.258	493.438
2018	1.082.112	1.092.855
2019	159.965	130.590
2020 em diante	2.593.463	870.600
Total	11.004.301	7.434.939

(a) Eurobonds

A composição das operações de Eurobonds da Braskem está representada abaixo:

	Valor da emissão US\$ mil	Vencimento	Juros (% a.a.)	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
jun-1997	250.000	jun-2015	9,38	251.861	263.198
jun-2005	150.000	sem vencimento	9,75		262.231
abr-2006	200.000	sem vencimento	9,00	339.143	354.409
set-2006	275.000	jan-2017	8,00	473.896	495.216
jun-2008	500.000	jun-2018	7,25	837.294	874.983
mai-2010	400.000	mai-2020	7,00	673.348	
mai-2010	350.000	mai-2020	7,00	589.180	
out-2010	450.000	sem vencimento	7,38	763.000	
Total	2.575.000			3.927.712	2.250.037

(b) Pré-pagamento de exportações ("EPP")

A composição das operações da Braskem está representada abaixo:

Data de emissão	Valor inicial da operação US\$ mil	Prazo de liquidação	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2010	Consolidado 31 de dezembro de 2009
jul-2005	10,000	jun-2010	US\$ + Libor semestral + 2,05%		3.486
dez-2005	55,000	dez-2012	US\$ + Libor semestral + 1,60%	45.837	
jul-2006	95,000	jun-2013	US\$ + 2,67%	51.166	74.148
jul-2006	75,000	jun-2014	US\$ + 2,73%	89.561	119.718
mar-2007	35,000	mar-2014	US\$ + 4,1%	58.630	61.298
abr-2007	150,000	abr-2014	US\$ + 3,40	250.662	262.749
out-2007	315,525	jan-2010	US\$ + Libor quadrimestral + 1%		545.210
nov-2007	150,000	nov-2013	US\$ + 3,53%	250.410	261.822
out-2008	725,000	out-2013	US\$ + 5,64%	670.378	1.269.210
mai-2009	20,000	jan-2011	US\$ + Libor semestral + 4,06% (i)		36.315
		jun-2011	US\$ + Libor semestral + 5%		
mar-2010	100,000	mar-2015	US\$ + 4,67%	34.482	35.641
mai-2010	150,000	mai-2015	US\$ + Libor semestral + 2,4%	250.631	
jun-2010	150,000	jun-2016	US\$ + Libor semestral + 2,6%	250.419	
dez-2010	100,000	dez-2017	US\$ + Libor semestral + 2,47	166.810	
Total	2.150.525			2.287.738	2.669.597

(i) Operação liquidada antecipadamente.

Financiamentos para projetos

Em março e setembro de 2005, a Braskem captou empréstimos em moeda japonesa junto à Nippon Export and Investment Insurance ("NEXI"), nos montantes de YEN 5,256,500 mil - R\$ 136.496 e YEN 6,628,200 mil - R\$ 141.529, respectivamente. O valor do principal está sendo pago em 11 parcelas semestrais, com a primeira em março de 2007 e a última em junho de 2012.

A Braskem utilizou derivativos para monetizar certos riscos firmando contratos de "swap" na totalidade dessas dívidas de forma que o passivo financeiro anual da parcela liberada em março de 2005 é de 101,59% do CDI e das parcelas liberadas em setembro de 2005 são de 104,29% e 103,98% do CDI. Os contratos de "swap" foram realizados com bancos estrangeiros de 1ª linha e suas características de vencimento, moedas, taxas e montantes se adequam perfeitamente ao contrato da dívida. O resultado desse contrato está apresentado no resultado financeiro (Nota 24).

(d) Garantias

A Braskem e suas controladas concederam garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado a seguir:

	Vencimento	Valor garantido	Valor do financiamento com garantia	Garantias
BNB jun-2016	181.770	181.770		Hipoteca de plantas, penhor de máquinas e equipamentos e fiança bancária
BNDES jan-2020	2.727.413	2.727.413	2.727.413	Hipoteca de plantas, terrenos e imóveis e penhor de máquinas e equipamentos
NEXI jun-2012	66.602	66.602	66.602	Apólice de seguro
Financiamentos capital de giro	abr-2017	30.561	152.806	Caução de duplicatas
Pré-pagamentos	mar-2014	58.630	58.630	Garantias hipotecárias e terrenos
FINEP jan-2019	71.978	71.978	71.978	Fiança bancária
FINAME	10.220	10.220	10.220	Alienação fiduciária de equipamentos
Total	3.147.174		3.269.419	

(e) Cláusulas restritivas

Alguns contratos de financiamentos da Braskem e suas controladas estabelecem limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Em 31 de dezembro de 2010, todos os compromissos assumidos estão atendidos.

17. Debêntures

(a) Debêntures da controlada direta Braskem (emissões públicas não conversíveis em ações)

Emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Pagamento da remuneração	Consolidado 31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
13 ^a	R\$ 10	jan-2010	104,1% do CDI	Semestral, a partir de dez/2005		302.261
14 ^a	R\$ 10	set-2011	103,5% do CDI	Semestral, a partir de mar/2007	517.741	514.468
					517.741	816.729

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidada
	2010	2010	2009
Circulante			
IPI		49.721	31.180
PIS e COFINS		27.785	14.866
Imposto de renda e contribuição social		31.055	17.317
ICMS		122.445	46.764
Programa de parcelamento - Lei 11.941/09		104.100	73.421
Programa de parcelamento - MP 470/09			958.052
PAES - Lei 10.684/03			7.267
Outros			26.805
Total	1	54.956	1.175.672
Não circulante			
IPI - material de consumo e imobilizado			46.706
COFINS - Lei 9.718/98			50.926
ICMS		48.863	
Salário educação, SAT e INSS		40.085	40.085
Programa de parcelamento - Lei 11.941/09		1.431.358	1.020.747
PAES - Lei 10.684/03			34.386
Outros			84.298
Total		1.583.263	1.277.148

BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e suas controladas

CNPJ nº 11.395.617/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PETROS - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social (“PETROS”)

A Copesul, incorporada pela Braskem, e os seus antigos empregados, contribuem como mantenedores da PETROS, em planos de aposentadoria e pensão de benefício definido. As contribuições efetuadas pela Braskem no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$ 1.160 (2009 - R\$ 4.876). Conforme previsto no regulamento da PETROS e legislação pertinente, caso se verifique relevante insuficiência de reservas técnicas, as mantenedoras e participantes contribuirão com aporte financeiro adicional ou haverá uma adequação dos benefícios do plano aos recursos disponíveis. Não ocorreu no exercício de 2010 necessidade de qualquer suplementação.

A Braskem também patrocinava plano de benefício definido administrado pela PETROS, tendo em junho de 2005, comunicado à PETROS sua intenção de retirada do patrocínio do plano de benefício definido a partir do dia 30 daquele mês. Essa retirada foi homologada pela Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”) em 29 de abril de 2009. A liquidação financeira do referido Plano ocorreu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo a totalidade das reservas individuais de retirada disponibilizada aos participantes.

O processo de retirada de patrocínio foi finalizado em 2010.

Plano PETROS PQU

A responsabilidade desse plano de benefício definido foi transferida para a Braskem no processo de aquisição da Quattor, em maio de 2010. Como antiga patrocinadora, a Quattor solicitou à PREVIC a descontinuação do patrocínio desse plano, tendo fixado a data de 30 de setembro de 2009, como base de retirada, a partir de quando as contribuições da patrocinadora foram encerradas. Os cálculos da reserva matemática dos participantes ainda não foram concluídos, por isso, para a data-base de 31 de dezembro de 2010, foi solicitada pela Braskem a avaliação atuarial da situação de plano, que se encontra superavaliado.

Fundação Francisco Martins Bastos - FFBM

A Braskem, como incorporadora da IPQ, se tornou patrocinadora da Fundação Francisco Martins Bastos - FFBM, entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a administração e execução de plano de benefício definido de natureza previdenciária dos antigos funcionários do Grupo Ipiranga.

Em junho de 2009, a Braskem formalizou o pedido de rescisão de adesão ao Plano de Benefícios e respectivos termos aditivos à FFBM, a partir do dia 30 daquele mês, em conformidade com o disposto no Estatuto da Fundação. A conclusão do cálculo das reservas matemáticas dos participantes ocorreu em novembro de 2009. Naquele mesmo mês, protocolou-se o processo de retirada que foi aprovada pela PREVIC em 16 de dezembro de 2010 e em função da situação superavaliada do plano, nenhuma contribuição adicional foi necessária no processo de liquidação. A Companhia não possui nenhum ativo registrado em virtude das regras do plano que estabeleciam que o superávit pertence aos beneficiários.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 26 de novembro de 2009, a Companhia foi constituída com capital social de R\$ 500,00 dividido em 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 1.065.085, com a emissão de 118.691.670 ações ordinárias, mediante a transferência do investimento detido na Braskem pela acionista OSP, a valor contábil de 30 de novembro de 2009.

Em 30 de março de 2010, a OSP integralizou 26.170.347 ações ordinárias da BRK pelo valor total de R\$ 1.000.000, dos quais R\$ 236.313 foram destinados à conta capital social e R\$ 763.687 foram destinados à conta reserva de capital.

Em 05 de abril de 2010, a Petrobras integralizou 65.425.867 ações ordinárias da Companhia pelo valor total de R\$ 2.500.000, dos quais R\$ 590.782 foram destinados à conta capital social e R\$ 1.909.218 foram destinados a conta reserva de capital.

Em fevereiro de 2010, em razão da incorporação da W.B.W.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 539.577, mediante integralização de 58.904.516 ações ordinárias com o patrimônio vertido.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social é de R\$ 2.431.758 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.065.086) subscrito e integralizado, sendo representado por 269.302.887 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

(b) Apropriações do lucro

De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidirá a Assembleia Geral dos Acionistas.

(i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

(ii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização. O saldo dos outros resultados abrangentes podem ser apresentados conforme a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo inicial do exercício	87.062	
Ajuste de avaliação patrimonial de investida		87.062
Realização da indexação adicional ao imobilizado de investida, líquida de impostos	(6.428)	
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(41.405)	
Saldo final do exercício	39.229	87.062

(d) Dividendos propostos e destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) 100% do lucro remanescente para distribuição de dividendos aos acionistas. A Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte destinação do resultado de 2010:

Lucro líquido do exercício	997.183
Varição no percentual de participação de investida	(419.464)
Dividendos prescritos	776
Absorção de saldo de prejuízos acumulados	(12.492)
Lucro líquido, ajustado, do exercício	566.003
Parcela destinada à reserva legal	(28.300)
Lucro líquido, ajustado, do exercício para o cálculo de dividendos	537.703
Dividendos mínimos obrigatórios	(134.426)
Dividendos adicionais propostos	(216.357)
Dividendos totais	(350.783)
Parcela destinada à reserva de lucros a realizar	186.920

23. Receitas líquidas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Consolidado Período de 26 de novembro a 31 de dezembro de 2009
Receitas bruta de vendas		
Mercado interno	22.700.555	1.323.410
Mercado externo	8.846.057	295.060
	31.546.612	1.618.470
Deduções de vendas		
Tributos	(5.897.653)	(163.253)
Devolução de vendas	(154.142)	(6.045)
	(6.051.795)	(169.298)
Receita líquida de vendas	25.494.817	1.449.172

24. Resultado financeiro, líquido

Controladora	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Consolidado Período de 26 de novembro a 31 de dezembro de 2009
2010		
Receitas financeiras		
Receitas de juros	267.357	13.103
Variações monetárias	85.853	3.480
Variações cambiais	(12.140)	(11.149)
Ganhos em operações com derivativos	20.364	
Outras	10.347	15.080
	2.388	20.514
Despesas financeiras		
Despesas com juros	(894.313)	(55.273)
Variações monetárias	(327.263)	(17.858)
Variações cambiais	464.508	27.684
Perdas em operações com derivativos	(18.216)	(8.644)
Atualização de débitos tributários e trabalhistas	(333.238)	(23.256)
Despesas tributárias sobre operações financeiras	(30.987)	(355)
Descontos concedidos	(37.672)	(10.608)
Custos de transação - amortização	(50.514)	(1.210)
Ajuste a valor presente - apropriação	(162.104)	(11.816)
Outras	(308.524)	(77.279)
	(1.307)	(178.615)
Total	(1.307)	(178.615)
	1.081	(158.101)

25. Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação dos efeitos do IR e da CSL no resultado - Consolidado

	Consolidado 2010
Lucro antes do IR, CSL e participação de acionistas não controladores em controladas	1.887.438
Despesas de IR e CSL à alíquota de 34%	(641.729)
Imposto de renda sobre equivalência patrimonial	8.372
Efeitos dos parcelamentos de tributos	38.718
Prejuízo fiscal e base negativa diferidos - (i)	282.997
Adequação Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	(10.705)
Benefícios Fiscais (Sudene e PAT)	5.479
CSL - corrente constituída de anos anteriores	(18.186)
Efeito da combinação de negócios	331.596
Outras diferenças permanentes	5.164
	5.1706
Efeito do IR e CSL no resultado	(49.170)
Composição do IR e da CSL:	
IR e CSL - Corrente	(49.170)
SUDENE e PAT	5.479
CSL - constituída de anos anteriores	(18.186)
IR e CSL - correntes	(61.877)
Diferido BR GAAP	85.944
Diferido IFRS	(22.361)
	63.583
IR e CSL - diferidos	(7.066)
Total do IR e CSL no resultado	1.706
(i) Crédito fiscal utilizado para a redução de passivos tributários que, posteriormente, foram objeto do parcelamento estabelecido pela MP nº 470/09 (Nota 18).	

26. Cobertura de seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados de maneira uniforme na Companhia e suas controladas, obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica da Organização Odebrecht e contando com o apoio da Odebrecht Administradora e corretora de Seguros (“OCS”), seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo das coberturas adequadas a cada contrato e a cada ativo do segmento químico e petroquímico, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros.

A Braskem e suas controladas, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração, possuem um amplo programa de gerenciamento de riscos e seguros. Especificamente na área de gestão de risco, as práticas de avaliação de riscos e procedimentos estão sendo estendidas para as unidades da Quattor, seguindo as referências adotadas pela Braskem.

Ainda em 2010 foi estabelecido programa de seguros para a operação da PP Americas, associadas à política de riscos e seguros da Companhia. As apólices de “All Risks” da Braskem, que incluem os ativos da Quattor e da PP Americas possuem Limites Máximos de Indenização (LMI) estabelecidos com base nos valores para Perda Máxima Possível (PMP), considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Braskem e a orientação de seus consultores de seguros.

As apólices da Braskem, que inclui a Quattor, têm vigência de 18 meses, encerrando-se em 8 de outubro de 2011. No caso da Riopol, a apólice tem vigência de 12 meses iniciando-se em 30 de março de 2010, sendo que ao término de vigência, poderá ter seus ativos incluídos na apólice da Braskem. Adicionalmente, são contratados seguros de responsabilidade civil, de transportes, de riscos diversos e de veículos.

Limites e valores de ativos segurados nas apólices All Risks.

	LMI US\$ Milhões	Valor Segurado Total (Danos Materiais + Lucros Cessantes) US\$ Milhões
Braskem & Quattor	2	23.194
PP Americas	500	23.296
Riopol & Quantiq	1.765	1.773
Total	2.267	26.263

Adicionalmente, são contratados seguros de responsabilidade civil, de transportes, de riscos diversos e de veículos. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

27. Contingências

A Braskem tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades. A Braskem tem ações de naturezas trabalhistas e previdenciárias, tributárias, cíveis e societárias envolvendo riscos de perda classificados pela sua administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, exceto as contingências oriundas da combinação de negócios da Quattor. As ações classificadas como prováveis são provisionadas pela Braskem.

(a) Convenção Coletiva dos Trabalhadores - Cláusula 4ª

A Braskem e a Quattor Petroquímica discutiram, judicialmente, a exigibilidade da cláusula de indexação de salários constante da convenção coletiva de trabalho em face de norma de ordem pública (plano econômico) instituída em 1990 e que restringiu reajustes salariais.

Em setembro de 2010, a Braskem, a Quattor Petroquímica e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Químicas, Plásticas e afins do Estado da Bahia (“SINDIQUÍMICA”) celebraram um acordo para encerramento deste litígio. O acordo prevê o pagamento de R\$ 163.667, em três parcelas, onde se incluem as indenizações com os respectivos encargos moratórios, honorários advocatícios e tributos incidentes sobre os pagamentos. O pagamento da primeira parcela ocorreu em setembro de 2010, no valor de R\$ 81.208, sendo que o saldo, em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 83.875 (já atualizado pela TR), será pago em duas parcelas, março e setembro de 2011.

Na demonstração consolidada do resultado, R\$ 73.036 estão contabilizados na rubrica “custo dos produtos vendidos” e o restante, que se refere aos encargos moratórios, na rubrica “outras” do grupo de despesas financeiras. O saldo de R\$ 83.875 está apresentado na rubrica “Outros passivos” do Passivo Circulante (consolidado).

(b) Acordo sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(i) São Paulo

Em 2009, a controlada da Braskem, Quattor Química, incorporada pela Quattor, foi atuada pela SEFAZ SP por suposto pagamento a menor de ICMS em virtude de aproveitamento de créditos do imposto decorrentes de operações de aquisição de mercadorias de contribuinte localizado no Estado da Bahia e que foram exportadas pela referida controlada. O valor atualizado desse débito é de R\$ 313.392. O Auto de Infração está pendente de julgamento em primeira instância na esfera administrativa. Na avaliação da administração em conjunto com os seus assessores jurídicos externos, as chances de êxito desta ação são possíveis, entretanto, a Braskem constituiu provisão de 40% do valor deste auto de infração.

(ii) Bahia

Em 31 de dezembro de 2010, a Secretária da Fazenda do Estado da Bahia lavrou Auto de Infração contra a Braskem, através do qual exige o pagamento de R\$ 212.435, em virtude de supostas infrações à legislação do ICMS, dentre as quais, destacam-se: i) a falta de estorno de crédito fiscal relativamente às entradas de mercadorias cujas saídas ocorreram com redução da base de cálculo; ii) descumprimento de obrigações acessórias; e iii) transferências entre estabelecimentos da Braskem de mercadorias com preço abaixo do custo de produção. A defesa contra a autuação será devidamente apresentada dentro do prazo estabelecido na legislação regulamentar.

A Braskem não constitui provisão relacionada a esta discussão, pois baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, acredita que suas chances de êxito são possíveis.

(c) Outras demandas judiciais da Braskem e suas controladas

c.1) Cível

A Braskem possui ações cíveis ajuizadas pelo controlador de uma ex-distribuidora de soda cáustica e pela transportadora que prestava serviços para essa ex-distribuidora, cujos valores, em 31 de dezembro de 2010, totalizavam R\$ 30.312. Os autores tentam obter reparação de danos relativos ao alegado descumprimento do contrato de distribuição pela Braskem. A avaliação da Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos responsáveis pela condução dos casos, e que as ações possivelmente serão julgadas improcedentes e, por esta razão, não foram constituídas provisões.

c.2) Societário

Alguns acionistas detentores de ações preferenciais incentivadas propuseram ações originalmente contra a Copene, antiga denominação social da Braskem, e contra as empresas incorporadas Nitrocarbono, OPP Química, Salgema, Trikem, Polialden e Politeno. Os mesmos pleiteiam a participação no lucro remanescente após o pagamento do dividendo prioritário, nas mesmas bases dos demais acionistas, além de direito de voto até que seja restabelecida a distribuição dos dividendos nas condições pretendidas. O valor envolvido das ações com possibilidade de êxito possível é de R\$ 13.450.

(d) Ações Judiciais Brasileiras da combinação de negócios Quattor, classificadas como risco de perda possível

Em 30 de abril de 2010, a Braskem provisionou o montante de R\$ 93.417 (Dez/10 R\$ 99.268) referente a diversas contingências tributárias, todas com chances de êxito possível, segundo a avaliação dos assessores jurídicos externos da Braskem. Essa provisão foi contabilizada através do reconhecimento da combinação de negócio advinda da aquisição do Rio Quattor. Os tributos, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2010, e os respectivos montantes são os seguintes: PIS e COFINS - R\$ 24.704, IR e CSL - R\$ 27.512 e ICMS - R\$ 47.052.

28. Partes relacionadas - Consolidado

A Braskem realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses e é objetivo permanente da sua administração assegurar que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Braskem como os que poderia celebrar com quaisquer outros terceiros.

Conforme previsto no Estatuto Social da Braskem, o Conselho de Administração tem competência para decidir sobre qualquer contrato entre a Braskem e seus acionistas titulares de ações ordinárias, empresas controladas pelos mesmos, ou pessoas que sejam acionistas titulares de ações ordinárias ou quotistas de pessoas jurídicas que sejam acionistas titulares de ações ordinárias da Braskem, em valores superiores a R\$ 5.000 por operação. Ademais, a Braskem possui um Comitê de Finanças e Investimentos - CFI que, dentre outras funções, acompanha os investimentos e contratos com partes relacionadas aprovados pelo Conselho de Administração da Braskem.

Importante ressaltar que a Lei 6.404/76 proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Braskem e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Braskem ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

As transações com as empresas ligadas, exceto as controladas integralmente pela Braskem estão sumarizadas abaixo:

- CNO: A Braskem e a CNO firmaram contrato de aliança para realização de serviços nas paradas para manutenção e inspeção das unidades industriais. O referido contrato prevê preço para cada diferente tipo de atividade realizada pela CNO.
- OCS: A Braskem e a OCS firmaram contrato de prestação de serviços de gestão de riscos, administração e gerenciamento de seguros. O valor global do contrato é de R\$ 2.000 por ano, sendo reajustado anualmente exclusivamente com base no IGMF-FGV. A vigência do contrato é de 3 anos contados o assinatura, ocorrido em outubro de 2008, podendo ser renovado por mais 3 anos.
- OPIP: A Braskem e a OPIP celebraram contrato de aliança para construção e implementação de planta de eteno a partir do etanol em Triunfo, no Rio Grande do Sul. O contrato foi encerrado em setembro de 2010 quando a planta de eteno entrou em operação.
- PETROBRAS: A Braskem e a Quattor possuem contratos de fornecimento de nafta com a Petrobras. Os contratos prevêm o fornecimento de nafta às unidades de insumos básicos localizadas nos Polos Petroquímicos de Triunfo, Camaçari e São Paulo. O preço da nafta acordado é baseado em diversos fatores, como os preços de mercado da nafta e uma série de outros derivados de petróleo, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio dólar-real e o nível de parafinicidade e contaminantes da nafta entregue. Os contratos ainda prevêm um consumo anual mínimo de 3.800.000 toneladas e máximo de 7.979.600 toneladas. A Braskem também firmou com a Petrobras contrato de fornecimento de propeno, de acordo com o referido contrato a Braskem deverá comprar 300.000 toneladas de propeno por ano. A controlada da Petrobras PiCCo também fornece nafta para a Braskem e suas controladoras.
- Controlada da Riopol: A Riopol possui contrato de fornecimento de etano e propano com a Petrobras de aproximadamente 391 mil toneladas/ano de etano e 396 mil toneladas/ano de propano.
- REFAP: A Braskem firmou dois contratos de cinco anos de fornecimento de propeno com REFAP. Nos termos destes contratos, a Braskem deve comprar um suprimento inicial anual de 92.500 toneladas e 100.000 toneladas de propeno, representando entre 92,5% e 100% da capacidade anual de produção de propeno da REFAP, de 100.000 toneladas.
- RPR: A Braskem mantém contratos de fornecimento de gasolina, nafta, diesel e petróleo para a RPR. O valor aproximado dos contratos é de R\$ 331.600 e não há regras específicas de rescisão ou término.

Incentivos de longo prazo - Consolidado

Em setembro de 2005, foi aprovado em Assembleia de Acionistas um plano de benefícios denominado “Incentivo de longo prazo”, através do qual integrantes designados anualmente pela Administração podem adquirir títulos emitidos pela Braskem denominados “Unidade de investimento”. O plano tem por objetivo, dentre outros, fortalecer a convergência de interesses na criação de valor a longo prazo entre os integrantes e os acionistas da Braskem, promover o senso de propriedade e motivar a visão e o comprometimento dos integrantes com resultados de longo prazo.

A Unidade de Investimento não atribui ao seu titular a condição de acionista da Braskem, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos.

Anualmente, o Conselho de Administração da Braskem aprova os participantes elegíveis, a quantidade de unidades de investimento a ser emitida, o percentual de contrapartida da Braskem à aquisição feita pelos integrantes e a quantidade de unidades ofertada por participante. A aceitação pelo participante implica em pagamento à vista do valor que lhe foi atribuído e a celebração do contrato de compra das unidades, sendo responsabilidade da Braskem a emissão do respectivo “Certificado de Unidades de Investimento”. Em 2009 e 2010 não foram emitidas novas unidades de investimentos.

A Unidade de Investimento é emitida no 1º semestre de cada ano, sendo o seu valor atualizado anualmente de acordo com a média de cotação da ação preferencial classe “A” da Companhia nos encerramentos dos pregões, na BM&FBovespa, nos meses de outubro a março. Além da variação do seu valor nominal, a Unidade de investimento tem rendimento equivalente ao dividendo e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos pela Braskem.

Existem três tipos de Unidade de investimento:

- unidade adquirida pelo participante, denominada “Alfa”;
 - unidade recebida pelo participante a título de contrapartida da Braskem, denominada “Beta”; e
 - unidade recebida pelo participante a título de rendimento, denominada “Gama”.
- A Unidade de Investimento (e o seu correspondente certificado) é emitida em caráter personalíssimo e somente poderá ser alienada para a Braskem, por meio de resgate, com as seguintes condições:
- a partir do 5º ano, com a condição de 1ª aquisição, o adquirente pode resgatar até 20% do seu saldo acumulado de unidades de investimento; e
 - a partir do 6º ano, o resgate está limitado a 10% do saldo acumulado.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a quantidade de U.I. é de 1.338.021 (2009 - 1.338.021), correspondente a R\$ 14.442 (2009 - R\$ 7.709) nessa mesma data, demonstrada na rubrica “Outros passivos - não circulante”.

29. Eventos subsequentes

- Em fevereiro de 2011, a operação de aquisição e integração dos ativos da Quattor, pela Braskem, foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Como parte da operação, a Braskem se comprometeu a notificar previamente ao CADE os futuros contratos de importação de produtos fabricados pela Braskem e que contenham cláusula de exclusividade.
- Com a decisão do CADE, deixam de existir quaisquer restrições à gestão e incorporação dos ativos envolvidos na referida aquisição.
- Em razão da aprovação, pelo CADE, da operação, de aquisição da Quattor, o Líder Empresarial da Braskem comunicou a nova estrutura organizacional da Braskem que passa a vigorar a partir de 1º de março de 2011. A mudança em relação à estrutura anterior está na distribuição dos negócios da Quattor entre as Unidades de Insumos Básicos e de Poliolefinas.
- Conforme amplamente noticiado pela imprensa, na madrugada do dia 4 de fevereiro de 2011 ocorreu uma interrupção no fornecimento de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do país, alcançando as plantas da Companhia situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Bahia, e em Alagoas. A interrupção no fornecimento durou nove dias e a retomada da produção começou a partir do dia 12 de fevereiro de 2011. Os impactos sobre o resultado da Companhia ainda estão sendo avaliados.

30. Combinação de negócios

(a) Quattor Participações S.A.

Em 22 de janeiro de 2010, os acionistas da Braskem S.A. (ODB, OSP, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Petrobras Química S.A. - Petroquisa, as “Empresas”) e a União das Indústrias Petroquímicas S.A. - “Unipar”, firmaram um Acordo de Investimento estabelecendo os termos para a aquisição pela Braskem, das participações detidas pela Unipar no setor Petroquímico, possibilitando a consolidação das participações petroquímicas da Petrobras no setor na Braskem.

Em 27 de abril de 2010, a Braskem adquiriu 143.192.231 ações da Quattor, representando 60% do capital total e adiantou para a Unipar o valor de R\$ 659.454. O preço das ações foi determinado por avaliadores independentes e corrigido nos termos do Acordo de Investimento. Em 30 de abril de 2010 a Braskem adquiriu o controle da Quattor e, em Assembleia Geral Ordinária, nomeou os membros do Conselho de Administração da Quattor, sendo esta a data de aquisição para contabilização desta combinação de negócios.

Ao adquirir os 60% do capital votante da Quattor, a Braskem, nos termos do acordo de investimentos de 22 de janeiro de 2010, se obrigou a adquirir as seguintes participações societárias:

- (a) 40% do capital votante da Quattor detidos pela Petrobras, por meio de troca por 18.000.087 ações de emissão da Braskem;
 - (b) 33,33% do capital votante da Polibutenos S.A. detidos pela Unipar, por meio do pagamento em caixa de R\$ 22.326;
 - (c) 0,68% em participações de não controladores na Quattor Química, que possuam direito de venda de suas ações por preço em até 80% do preço pago ao acionista controlador;
 - (d) 25% do capital votante da Riopol detidos pela BNDESPar.
- Embora a Braskem não tenha obtido a propriedade legal das citadas ações na data da aquisição, todos os eventos acima foram contabilizados em 30 de abril de 2010, uma vez que o Acordo de Investimento já estabelecia a obrigação da Braskem de adquirir o restante das ações. Subsequentemente, todas as participações foram adquiridas nos termos do Acordo de Investimentos.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para os acionistas das empresas do Grupo Quattor e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação não controladora na Quattor.

Caixa	704.298
Instrumentos patrimoniais emitidos (o valor de R\$ 250.049 engloba ações da Braskem emitidas para compras de outras participações da combinação de negócios)	250.049
Assunção de obrigação para aquisição da RiPol junto ao BNDESPAR e outras obrigações	218.739
Total da contraprestação transferida (A)	1.173.086
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Ativo circulante	
Estoque	823.012
Outros ativos circulantes	1.383.104
Ativo não circulante	
Imobilizado	7.531.158
Intangível	560.430
Outros ativos não circulantes	990.850
Passivo circulante	2.903.113
Passivo não circulante	
Provisões diversas	220.619
IR e CSL diferidos	623.173
Outros passivos não circulantes	5.527.104
Total dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo (B)	2.014.545
Resultado de combinação de negócio (como calculado) - (A) - (B)	841.459
A compra vantajosa resultou em ganho de R\$ 841.459, registrado em linha específica do resultado do exercício do ano corrente denominada "resultado de combinação de negócios". Esta compra vantajosa é atribuível aos termos da negociação com os acionistas da Quattor.	
O valor justo das ações da Braskem emitidas nas transações foi calculado com base no preço da cotação de fechamento na BM&FBovespa em 30 de abril de 2010 e totalizou R\$ 197.101.	
A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi efetuada por empresa especializada contratada pela Braskem, com base nas premissas descritas abaixo:	
a.	O valor justo dos estoques foi apurado considerando o preço de venda líquido dos impostos utilizando o método do "market approach". A diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos estoques foi de R\$ 68.009.
b.	O método utilizado para valorização dos ativos imobilizados foi o "cost replacement approach". A administração, em conjunto com seus avaliadores externos entende que a utilização do "market approach", utilizando os valores unitários de cada ativo que compõe a planta não refletiria o valor econômico da planta uma vez que não considerariam os custos com a tecnologia instalada, custos com instalações-suporte e a ligação ativa com o sistema de produção e escoamento (empresa em marcha). No processo de avaliação foram utilizadas informações sobre (i) custo de instalações de plantas similares; (ii) últimos orçamentos de ampliação e substituição de ativos similares; (iii) preço à vista de reposição do ativo, contemplando as condições de uso em que o bem se encontra na data da vistoria, dentre outros. A mais valia alocada ao ativo imobilizado totalizou R\$ 1.492.091 em 30 de abril de 2010.
c.	Como resultado da avaliação, foram identificados ganhos líquidos no fluxo de caixa futuro para os contratos comerciais com clientes e fornecedores que foram trazidos a valor presente por uma taxa de desconto de 14,1%. Além disso, foram considerados os custos de registro e colocação da marca e, na tecnologia, as despesas incorridas com pessoal e os gastos administrativos na pesquisa realizada em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os intangíveis identificados, relacionados a marcas, tecnologia, contratos de clientes e fornecedores totalizaram R\$ 393.878.
d.	A Braskem reconheceu diversas contingências tributárias, tanto com chances de êxito possível, baseada na avaliação do valor da causa e a probabilidade de perda estimada por seus assessores jurídicos externos. Os saldos provisionados referem-se a ações judiciais de ICMS, PIS, COFINS, IR e CSL totalizando R\$ 210.695.
e.	O valor justo dos empréstimos e financiamentos foi determinado utilizando o método do "income approach", entretanto não foram reconhecidos efeitos de seu valor justo uma vez que estes empréstimos possuíam cláusulas de liquidação antecipada (direito de pagamento imediato) foram liquidados ao longo do exercício sendo o seu efeito anulado no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Adoção dos CPCs pela primeira vez

31.1 Base da transição
31.1.1 Aplicação dos CPCs 37 (R1) e 43
As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 (R1) e 43 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 (R1) e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de constituição da Companhia é 11 de maio de 2009. Portanto, não são aplicáveis considerações de balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009.

31.2 Conciliação entre BR GAAP antigo CPCs
Conforme mencionado acima, os efeitos de conciliação entre BR GAAP e CPCs decorrem exclusivamente do ajuste reflexo da controlada Braskem, que optou por aplicar as seguintes isenções e exceções com relação à aplicação retrospectiva, previstas no CPC 37 (R1) na preparação do balanço de abertura:

Isenções
(i) Combinação de negócios
O CPC 37 (R1) dá a opção de aplicar o CPC 15, prospectivamente à data de transição ou à uma data específica anterior à data de transição. Essa opção exclui a obrigação de aplicação retrospectiva para todas as combinações de negócios que ocorreram em data anterior à data de transição. Nessa linha, a Braskem aplicou essa isenção e não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1 de janeiro de 2009.

(ii) Benefícios a empregados
A Braskem optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados, cumulativamente, em 1 de janeiro de 2009 em lucros acumulados para todos os planos de pensão com benefícios definido.

Exceções
(i) Contabilização de hedge
A administração utilizou a contabilização de *hedge* a partir de 1 de janeiro de 2009 somente nos casos em que a relação de *hedge* atendia aos critérios

31.2.1 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 - Controladora

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida	De acordo com CPCs	Passivo e patrimônio líquido	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida	De acordo com CPCs
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	1.040.619	99.037	1.139.656	Capital social	1.065.086 (26.467)	11.975	1.065.086 (12.492)
Total do ativo	1.040.619	99.037	1.139.656	Lucros (prejuízos) acumulados		87.062	87.062
				Ajuste de avaliação patrimonial		99.037	99.037
				Total do patrimônio líquido	1.038.619		1.139.656

31.2.2 Conciliação do lucro líquido do período de 26 de novembro a 31 de dezembro de 2009 - Controladora

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida	De acordo com CPCs
Resultado de equivalência patrimonial	(26.467)		(24.467)
Prejuízo líquido do exercício	(26.467)		(24.467)
Número de ações no final do exercício (em milhares)	118.692.170	2.000	118.692.170
Prejuízo líquido do exercício por lote de mil ações do capital social - R\$	(0,22)		(0,21)

31.2.3 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 - Consolidado

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida	De acordo com CPCs	Passivo e patrimônio líquido	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida	De acordo com CPCs
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.663.642	19.426	2.683.068	Fornecedores	3.823.451	35.332	3.858.783
Títulos e valores mobiliários	466.820	(31.320)	435.500	Financiamentos	1.504.063	386.431	1.890.494
Contas a receber de clientes	1.297.090	369.377	1.666.467	Debêntures	316.729		316.729
Estoques	1.919.124	(197.369)	1.721.755	Operações com derivativos	52.559	27.108	79.667
Tributos a recuperar	505.854	444	506.298	Salários e encargos sociais	270.029	(2.341)	267.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.164	(59.164)		Tributos a recolher	1.171.508	4.164	1.175.672
Despesas pagas antecipadamente	22.295		22.295	Dividendos e juros sobre capital próprio	2.863	31	2.894
Demais contas a receber	113.336	(64)	113.272	Adiantamentos de clientes	29.829	37.559	67.388
	7.047.325	101.330	7.148.655	Demais contas a pagar	135.450 (79.689)		55.761
					7.306.481	408.595	7.715.076
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	23.229		23.229
Títulos e valores mobiliários	17.786	(1.975)	15.811	Financiamentos	7.439.293	(4.354)	7.434.939
Operações com derivativos	5.334	(5.334)		Debêntures	500.000		500.000
Contas a receber de clientes	58.783		58.783	Operações com derivativos	31.579		31.579
Estoques	29.273	(29.273)		Tributos a recolher	1.218.485	58.663	1.277.148
Tributos a recuperar	1.259.801		1.259.801	Incentivo de longo prazo	7.709		7.709
Imposto de renda e contribuição social diferidos	973.419	107.385	1.080.804	Imposto de renda e contribuição social diferidos	848.839	249.768	1.098.607
Depósitos judiciais	154.592	63.177	217.769	Demais contas a pagar	229.204	75.622	304.826
Partes relacionadas	100.725		100.725		10.298.338	379.699	10.678.037
Demais contas a receber	69.228	9.362	78.590				
	2.668.941	143.342	2.812.283	Patrimônio líquido			
				Capital social	1.065.086		1.065.086
Investimentos em coligadas	20.686	115.991	136.677	Outros resultados abrangentes		87.062	87.062
Outros investimentos	8.620	(15)	8.605	Prejuízos acumulados	(26.467)	11.975	(14.492)
Imobilizado	10.044.161	903.517	10.947.678		1.038.619	99.037	1.137.656
Intangível	2.335.955	(18.096)	2.317.859				
Diferido	71.619	(71.619)		Participação dos acionistas não controladores	3.553.869	287.119	3.840.988
	15.149.982	1.073.120	16.223.102		4.592.488	386.156	4.978.644
Total do ativo	22.197.307	1.174.450	23.371.757	Total do passivo e patrimônio líquido	22.197.307	1.174.450	23.371.757

31.2.4 Conciliação do lucro líquido do período de 26 de novembro a 31 de dezembro de 2009 - Consolidado

	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito reflexo de ajuste de práticas contábeis de investida	De acordo com CPCs
Receita líquida de vendas	1.436.694	12.478	1.449.172
Custo dos produtos vendidos	(1.386.874)	(11.403)	(1.398.277)
Lucro bruto	49.820	1.075	50.895
Receitas (despesas)			
Com vendas	(16.747)	32	(16.715)
Com distribuição	(44.260)		(44.260)
Gerais e administrativas	(91.941)	49	(91.892)
Pesquisa e desenvolvimento	(6.481)		(6.481)
Resultado de participações societárias	(10.603)	(30)	(10.633)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(137.969)	8.791	(129.178)
Lucro operacional	(258.181)	9.917	(248.264)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(177.902)	(713)	(178.615)
Receitas financeiras	20.794	(280)	20.514
	(157.108)	(993)	(158.101)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(415.289)	8.924	(406.365)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	45.483	(244)	45.239
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	253.481	110	253.591
Lucro líquido do exercício	(116.325)	8.790	(107.535)
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia	(26.467)	2.000	(24.467)
Participação de acionistas não controladores em controladas	(89.858)	6.790	(83.068)
	(116.325)	8.790	(107.535)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Bahia Odebrecht - Presidente Paulo Roberto Costa - Vice-Presidente	Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea Almir Guilherme Barbassa	Alvaro Fernandes da Cunha Filho Francisco Pais	José de Freitas Mascarenhas Maria das Graças Silva Foster	Newton Sergio de Souza Paulo Henyan Yue Cesena
---	--	---	--	---

DIRETORIA

Adriano Chaves Jucá Rolim	Andrea Damiani Maia	Antonio Aparecida De Oliveira	Carla Gouveia Barreto	Paulo Henyan Yue Cesena
Joel Benedito Junior - Contador - CRC 1SP 113190/O-7 "S" BA - CPF 695.508.088-15				

CONSELHO FISCAL

Aluizio da Rocha Coelho Neto	Antonio Roberto da Silva	Ismael Campos de Abreu	Marcelino Bispo do Sacramento	Marcia Castanheira Schneider
------------------------------	--------------------------	------------------------	-------------------------------	------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
BRK Investimentos Petroquímicos S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **BRK Investimentos Petroquímicos S.A.** ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da **BRK Investimentos Petroquímicos S.A.** e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

de contabilização de *hedge* previstas no CPC 38. Na data de transição, a Braskem possuía derivativos designados como "*hedge* de fluxo de caixa" que se qualificavam para contabilização de *hedge*.

Os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado da Braskem e de suas controladas referem-se basicamente a:

- Gastos pré-operacionais: a Braskem reverteu integralmente o saldo do ativo diferido no valor de R\$ 107.447 (R\$ 107.739, consolidado) em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 70.980 (R\$ 71.216, consolidado), em 31 de dezembro 2009, com impacto em lucros acumulados no montante de R\$ 107.311 e R\$ 70.980, respectivamente. O resultado do exercício de 2009 foi impactado pela reversão da amortização registrada originalmente no montante de R\$ 36.330, com impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 12.352.
- Investimentos em coligada: O CPC 18 estabelece que o investimento sobre o qual a investidora possui influência significativa, sem que exerça controle de forma individual ou conjunta, deverá ser classificado como coligada e registrado nas demonstrações consolidadas e individuais pelo método da equivalência patrimonial.

A Braskem classificava sua investida Cetrel como controlada em conjunto e suas demonstrações financeiras eram consolidadas proporcionalmente. Entretanto, mediante aplicação do CPC 18, a Cetrel passou a ser classificada como coligada e registrada nas demonstrações consolidadas e individuais pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2009, a participação da Braskem no capital total da Cetrel era de 53,66% (Dez/08 54,24%). Apesar dessa participação, a Braskem não pode garantir a indicação permanente da maioria dos membros do Conselho de Administração e, por consequência, o controle da Cetrel. No balanço de abertura e em 31 de dezembro de 2009, o saldo de investimento mantido pela Braskem na Cetrel foi reclassificado de investimento em controladas para investimento em coligadas, nos montantes de R\$ 104.286 e R\$ 115.991, respectivamente.

- Planos de pensão com benefício definido: com a adoção da isenção contida na CPC 37 (R1), a Braskem reconheceu contra lucros acumulados, no balanço de abertura, uma perda atuarial no montante de R\$ 80.828, com efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 20.207 em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 24.936 em 31 de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009 essa perda atuarial montava R\$ 73.341, o que gerou um impacto positivo no resultado no valor de R\$ 7.487, com efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 2.546.